



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DLA

RELATORIA: DLA

TERMO: VOTO A DIRETORIA

NÚMERO: 46/2025

**OBJETO:** 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA VIA ARAUCÁRIA S.A. PARA AUTORIZAR O INÍCIO DE OBRAS DE MELHORIA SEM O CERTIFICADO DE INSPEÇÃO**ORIGEM:** SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA (SUROD)**PROCESSO (S):** 50500.001027/2025-13**PROPOSIÇÃO PF/ANTT:** PARECER n. 00017/2025/PF-ANTT/PGF/AGU**ENCAMINHAMENTO:** À VOTAÇÃO - PELA APROVAÇÃO

---

**EMENTA**

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DO EDITAL Nº 001/2023, A SER CELEBRADO ENTRE A ANTT E A Via Araucária Concessionária de Rodovias S/A. NECESSIDADE DE ALTERAR O CONTRATO PARA DISPENSAR A OBRIGATORIEDADE DA ENTREGA DE CERTIFICADO DE INSPEÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA A AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBRA, PARA AS OBRAS DO ITEM 3.2 FRENTE DE AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE, MELHORIAS E MANUTENÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO DO PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DA RODOVIA - PER, PREVISTAS PARA SEREM EXECUTADAS ATÉ O 5º ANO DE CONCESSÃO. RELATOR ENCAMINHA À VOTAÇÃO, PELA APROVAÇÃO.**

**1. DO OBJETO**

1.1. Trata-se da proposta de minuta de 2º Termo Aditivo ao [Contrato do Edital de Concessão nº 001/2023](#), a ser celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A., a fim de alterar o contrato para dispensar a obrigatoriedade da entrega de certificado de inspeção, como condição para a autorização de início de obra, relativo às obras do item 3.2 Frente de Ampliação de Capacidade, Melhorias e Manutenção de Nível de Serviço do Programa de Exploração da Rodovia - PER, previstas para serem executadas até o 5º ano de concessão.

**2. DOS FATOS**

2.1. Em 25/09/2023, mediante o Ofício Circular SEI nº 2067/2023/GEGIR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 19904882), a Gerência de Gestão de Investimentos Rodoviários (GEGIR) da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD) indagou a Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A, dentre outras, se havia interesse em realizar um termo aditivo ao seu respectivo Contrato de Concessão que possibilitasse, em um período reduzido durante o qual se concentram uma grande quantidade de obras (entre o 3º e o 5º ano de concessão), a dispensa da obrigatoriedade da entrega de certificado de inspeção como condição para a autorização de início de obra. Contudo, tal autorização estaria condicionada à apresentação do projeto executivo com a certificação de inspeção antes da conclusão da obra, de forma semelhante à previsão contida no Art. 18 da [Instrução Normativa ANTT nº 19/2023](#), para as obras que integram a Fase de Trabalhos Iniciais do PER.

2.2. Em resposta, a Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A protocolou em 19/11/2024 a Carta REG/VACR/000331 (SEI nº 27742250) no processo originário nº 50505.140298/2024-62, e, oportunamente trasladada ao processo específico do Termo Aditivo, nº 50500.001027/2025-13 onde foi assentada sob (SEI nº 29066464), na qual atesta dificuldades em apresentar o projeto executivo, com lastro no certificado de inspeção estabelecido na Instrução [Instrução Normativa/ANTT nº 19 de 2023](#) (IN nº 19), dentro do lapso temporal fixado para entrega estabelecido no PER.

2.3. Na mesma carta supramencionada, a Concessionária, fez menção ao OFÍCIO CIRCULAR SEI Nº 2067/2023/GEGIR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 19904882), no âmbito do processo nº 50500.303110/2023-62, que questionou as Concessionárias - **Ecovias do Araguaia, Via Brasil, RioSP e EcoRioMinas**, sobre eventual interesse na celebração de Termo Aditivo aos respectivos Contratos de Concessão, de forma a flexibilizar de, forma excepcional, a regra para autorização de início de obras, com apresentação do certificado de inspeção do projeto executivo em momento posterior.

2.4. A Concessionária, anuindo com o entendimento manifesto no Ofício acima, aproveitou para pontuar que a adoção da medida teria, também, o efeito de evitar o lançamento de penalidades, que fatalmente teriam sua gênese no descumprimento da obrigação contratual de apresentar o aludido certificado

2.5. Em 17/12/2024, a SUROD expediu a Nota Técnica nº 12167/2024/COGIN/GEGIR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 28866285), pela qual aborda, em seu conteúdo, a avaliação e verificação dos aspectos relacionados à motivação e mérito contratual, alteração e Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, e a Revisão e Reequilíbrio Econômico-Financeiro da Tarifa Básica de Pedágio - TBP. A superintendência concluiu pela admissibilidade, viabilidade técnica e contratual do termo aditivo proposto, com vistas a permitir uma regra temporária de autorização de início de obra, com apresentação do certificado de inspeção do projeto executivo *a posteriori* ao início da obra. Além disso, a SUROD destacou que a proposta vai a favor da prestação de serviço adequado e da modicidade tarifária, bem como atende aos princípios da Administração Pública, como da finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e indisponibilidade do interesse público (Art. 37, *caput*, da [Constituição Federal/1988](#); Art. 20, II, "b", da [Lei nº 10.233/2001](#); Art. 2º da [Lei nº 9.784/1999](#); Art. 2º, II, "b" do [Decreto nº 4.130/2002](#)).

2.6. Em 23/12/2024, por meio da Carta REG/VACR/00373 (SEI nº 28574521), posteriormente trasladada (SEI nº 29066570), a Concessionária deu **ciência e concordância** com a análise apresentada na NOTA TÉCNICA SEI Nº 12167/2024/COGIN/GEGIR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 28361428), todos do processo nº 50505.140298/2024-62.

2.7. Ato contínuo, passou-se especificamente às tratativas para a celebração do Termo Aditivo, agora no processo nº 50500.001027/2025-13, com o arquivamento do processo nº 50505.140298/2024-62, por Termo (SEI nº 28893070).

2.8. Assim, através do OFÍCIO SEI Nº 663/2025/COGIP/GEGIR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 28865885), de 09/01/2025, a Concessionária Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. recebeu a proposta de minuta de Termo Aditivo (SEI nº 28859585) para sua ciência e concordância.

2.9. Em 14/01/2025, por meio da Carta REG/VACR/000400 (SEI nº 29026604), a Concessionária manifestou-se favorável à proposta de Minuta de Termo Aditivo apresentada, afirmando não haver qualquer consideração quanto "*ao conteúdo informado*", colacionando no mesmo expediente, a Declaração de Veracidade no Anexo (SEI nº 29026606).

2.10. Em 16/01/2025, a SUROD analisou a Minuta do Termo Aditivo através da NOTA INFORMATIVA SEI Nº 37/2025/COGIP/GEGIR/SUROD/DIR (SEI nº 29066957), concluindo que "a compreensão detalhada das alterações propostas e seu impacto sobre as obrigações e responsabilidades das partes contratantes é fundamental para garantir a integridade e eficácia do Termo Aditivo".

2.11. Desta forma, mediante o Despacho COGIP (SEI nº 29073974), 16/01/2025, a SUROD encaminhou a minuta de Termo Aditivo COGIP (SEI nº 29066636) juntamente com NOTA INFORMATIVA SEI Nº 37/2025/COGIP/GEGIR/SUROD/DIR (SEI nº 29066957) para análise jurídica da Procuradoria Federal junto à ANTT (PF-ANTT), nos termos da [Portaria Conjunta DG/PF-ANTT nº 1/2023](#) e em atendimento à [Instrução Normativa ANTT nº 12/2022](#).

2.12. Em resposta, a PF-ANTT exarou o PARECER n. 00017/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 29549361), de 31/01/2025, oportunamente corroborado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00046/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 29549377), no qual foi reconhecida a viabilidade jurídica da alteração contratual, entretanto, visando o melhor enquadramento sugeriram duas alterações à redação final, *a saber*:

13. Em vista disso, não havendo apontamento adicional quanto ao mérito da alteração proposta, cumpre-nos sugerir alguns ajustes na redação do termo aditivo, sem modificar, contudo, o seu propósito.

**Sugestões de ajustes na minuta de aditivo:**

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14. Sugere-se um ajuste redacional para trazer maior clareza à alteração que se pretende fazer no item 3.2.9.3 do PER. Nesse sentido, recomenda-se a adoção da seguinte redação:

2.2 O item 3.2.9.3 do PER passa a vigorar com a seguinte redação:

3.2.9.3 Procedimentos para Projetos

[...]

Os projetos deverão ser submetidos à autorização da ANTT, acompanhados de Certificação do projeto, conforme descrito em regulamentos e regras contratuais específicas. Excepcionalmente, os projetos da Frente de Ampliação de Capacidade poderão ser submetidos à autorização da ANTT, independentemente da Certificação do projeto, nos moldes da subcláusula 7.11.1 do Contrato de Concessão. [...]

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

15. Como vindo sendo recomendado por esta PFANTT, desde o PARECER n. 00029/2024/PFANTT/PGF/AGU e NOTA n. 00470/2024/PF-ANTT/PGF/AGU, os aditivos contratuais deverão ser publicados segundo as regras do artigo 94 da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 2021), o que significa dizer que as publicações de termos aditivos devem se dar no Portal Nacional de Contratações Públicas, garantindo-lhes eficácia, na forma da lei.

2.13. No tocante ao item 3.2.9.3, a sugestão foi integralmente acolhida pela SUROD, e inserida no texto da Minuta, contudo, quanto à Cláusula Quarta, permanecem as dificuldades técnicas para a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas. Por esta razão, prevalece o teor do Despacho SUROD (SEI nº 26626154), e, Despacho GAB-DG (SEI nº 26550490) ambos no âmbito do processo nº 50500.028011/2024-77, o qual determina:

Prezados,

Diante da impossibilidade de publicação dos Termos Aditivos e novos Contratos de Concessão no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela [Lei nº 14.133, de 2021](#), em substituição à Lei nº 8.666, de 1993, revogada em 30/12/2023, conforme constante dos autos, orienta-se para que essas Superintendências que não façam menção nos contratos quanto à cláusula de obrigatoriedade da publicação no Portal. *Permanecem os atos sendo publicados no Diário Oficial da União - DOU.* (G.n)

2.14. Desta forma, atendendo no que coube as sugestões da PF/ANTT, em 11/02/2025, foi enviado à Concessionária o OFÍCIO SEI Nº 4422/2025/COGIP/GEGR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 29622784), juntamente com a Minuta ajustada do Termo Aditivo (SEI nº 29622539), para conhecimento e manifestação.

2.15. Ato contínuo, em 14/02/2025, conforme a Carta REG/VACR/000442 (SEI nº 29838639), expediente em que também foi juntada a Declaração de Veracidade, a Concessionária se manifestou favorável às considerações da PF/ANTT, aprovando a nova proposta de Minuta de Termo Aditivo.

2.16. Em atendimento ao art. 39, § 2º, inciso I, do Regimento Interno da ANTT e em consonância com o art. 4º da Instrução Normativa 12/2022, o Superintendente assinou em 12/03/2025 o Relatório à Diretoria SEI nº 113/2024 (SEI nº 30331026), encaminhando para apreciação da Diretoria a proposta de celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 001/2023, nos termos da Minuta de Termo Aditivo acostada aos autos (SEI nº 29853789).

2.17. Também seguiram com o Relatório supracitado as minutas de Extrato de Termo Aditivo (SEI nº 29853829) e de Deliberação (SEI nº 29860683), bem como o Despacho de Instrução (SEI nº 30331035), por meio do qual é informado que "o processo reúne as condições previstas no § 1º do art. 39 do Regimento Interno, que o torna apto para ser sorteado entre os Diretores".

2.18. Ato contínuo, o Chefe de Gabinete do Diretor-Geral remeteu no mesmo dia 12/03/2025 os autos à Secretaria-Geral para inclusão do processo na pauta de sorteio, conforme consta no Despacho (SEI nº 30466081).

2.19. Por fim, os autos foram distribuídos a esta Diretoria no dia 19/03/2025, conforme consta na Certidão de Distribuição constante dos autos (SEI nº 30677391).

2.20. São os fatos. Passa-se à análise.

### 3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. A matéria foi analisada pela Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD em cumprimento ao disposto no Art. 32, inciso XII do Regimento Interno da ANTT, conforme a [Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022](#).

*Da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária*

*Art. 32. À Superintendência de Infraestrutura Rodoviária compete:*

*(...)*

*XII - elaborar e submeter à Diretoria Colegiada as propostas de alterações dos contratos de concessão rodoviária e de reajuste e revisão; (Redação dada pela [Resolução 6017/2023/DG/ANTT/MT](#))*

3.2. A proposta vem à apreciação desta Diretoria para autorização da celebração de Termo Aditivo Contratual, com vistas a estabelecer situação excepcional em que será permitida a autorização de início imediato das obras com a entrega do projeto executivo sem o certificado de inspeção, em exceção à regra estipulada na subcláusula 7.11.1 do [Contrato do Edital de Concessão nº 001/2023](#), para as obras da frente de ampliação de capacidade e melhorias do item 3.2.9.3 do [Programa de Exploração da Rodovia - PER](#), previstas para serem executadas até o 5º ano de concessão.

3.3. O histórico do processo e a análise das cláusulas do Termo Aditivo foram analisados pela Nota Técnica - ANTT nº 12167/2024/COGIN/GEGR/SUROD/DIR/ANTT (SEI nº 28866285), de 17/12/2024.

3.4. A minuta de Termo Aditivo (SEI nº 29622539) foi submetida à Concessionária, nos termos do OFÍCIO SEI Nº 4422/2025/COGIP/GEGR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 29622784), de 11/02/2025, a qual encaminhou sua concordância em relação às cláusulas por meio da Carta REG/VACR/000442 (SEI nº 29838639), juntamente com a Declaração da Veracidade das Informações no mesmo protocolo, ambos datados em 14 de fevereiro de 2025.

3.5. Instada a se manifestar, a Procuradoria Federal junto à ANTT (PF-ANTT) elaborou o PARECER n. 00017/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 29549361), corroborado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00046/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 29549377), de 04/02/2025, que concluiu:

17. Diante do exposto, levando em conta que a solução parece de fato adequada e necessária ao problema identificado, em linha com precedentes da Agência sobre a matéria, concluímos pela viabilidade jurídica de celebração do aditivo nos moldes pretendidos (SEI 29066636), promovidos os ajustes redacionais propostos.

3.6. Vale destacar que a minuta de Termo Aditivo proposta pela SUROD (SEI nº 29853789) atende às recomendações apresentadas pela PF/ANTT, com exceção da necessidade de publicação do documento no Portal Nacional de Contratações Públicas, devido às as dificuldades técnicas. Por esta razão, prevalece o teor do Despacho SUROD (SEI nº 26626154), e, Despacho GAB-DG (SEI nº 26550490) ambos no âmbito do processo nº 50500.028011/2024-77.

3.7. Assim, considerando que a proposta está devidamente motivada e analisada pela SUROD, contando com respaldo legal, contratual e regulamentar, além de ter sido aceita pela Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A, proponho a celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 001/2023, na forma da minuta acostada aos autos (SEI nº 31463499).

#### 4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Ante o exposto, considerando as manifestações técnicas e jurídicas contidas no processo, VOTO por aprovar a proposta de celebração do 2º Termo Aditivo ao [Contrato do Edital de Concessão nº 001/2023](#), a ser celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A., nos termos das minutas de Termo Aditivo (SEI nº 31463499), de Extrato de Termo Aditivo (SEI nº 31463511) e de Deliberação (SEI nº 31463525) acostadas aos autos.

Brasília, 22 de abril de 2025.

(assinado eletronicamente)

**Lucas Asfor Rocha Lima**

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ASFOR ROCHA LIMA**, Diretor, em 22/04/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **31463113** e o código CRC **A2DCCB17**.

Referência: Processo nº 50500.001027/2025-13

SEI nº 31463113

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)